

## Parecer Jurídico nº 118/2026

**Referência:** Projeto de Decreto Legislativo 575/2026

Autoria: Vereador Bulu da Mercearia.

**EMENTA:** “Concede o Título de Cidadã Honorária do Município de Sabará à Investigadora de Polícia Ana Paula Pereira Santos.”

### I RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 575/2026, que concede o Título de Cidadã Honorária do Município de Sabará à Investigadora de Polícia Ana Paula Pereira Santos, pelo reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

### II ANÁLISE JURÍDICA

Submetido à matéria a análise do Procurador da Câmara Municipal para verificação da legalidade e regularidade do dispositivo em referência.

O presente Decreto Legislativo visa a concessão de Título Cidadã Honorária de Sabará, à Investigadora de Polícia Ana Paula Pereira Santos, pelo reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

No caso em apreço vale enfatizar que a matéria veiculada se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal de 1988 e não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a

Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal), in verbis:

Constituição Federal 1988

*“Artigo 30- “Compete aos Municípios”:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;” (grifo nosso)*

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias, em que não haja implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Importante elencar ainda que a matéria veiculada está expressamente regulamentada no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Sabará.



### III – CONCLUSÃO

Diante do todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica, a Procuradoria Jurídica OPINA, pela viabilidade técnica do Projeto em referência.

É o parecer

Sabará 05 de maio de 2026.

*Márcio dos Santos Silva*  
Procurador Jurídico  
OAB/MG 169.203